

Ellen Meiksins Wood*

Capitalismo e democracia**

* Professora de Ciência Política na Universidade de York, Toronto.

** Tradução de Rodrigo Rodrigues

Recentemente ministrei uma conferência sobre o novo imperialismo e seus efeitos negativos para a democracia na medida em que os Estados Unidos continuam tentando consolidar sua hegemonia global unilateral. Nessa ocasião, concluí sugerindo que a democracia estava se convertendo, como não fazia há muito tempo, em uma ameaça para o capitalismo. Apesar de tudo o que nos disseram sobre a “globalização” e a decadência do Estado-nação, o capital global depende mais do que nunca de um sistema global de múltiplos Estados locais. De modo que as lutas locais e nacionais por uma democracia real e uma verdadeira mudança do poder de classe –tanto no interior como fora do estado– podem oferecer uma ameaça real ao capital imperialista. Alguém na platéia perguntou: por que o capitalismo não pode continuar tolerando este tipo de democracia formal com a qual estive convivendo durante um longo tempo no mundo do capitalismo avançado? Por que esta deveria oferecer algum perigo real ao capitalismo global?

A questão não era, de fato, irrelevante. Pelo contrário, a história da democracia moderna, especialmente na Europa Ocidental e Estados Unidos, foi inseparável do capitalismo. Entretanto, isto foi assim somente porque o capitalismo criou uma relação inteiramente nova entre poder político e econômico que torna impossível que a dominação de classe se mantenha coexistindo com os direitos políticos universais. É o capitalismo que tornou possível uma democracia limitada, “formal” antes que “substantiva”, algo que nunca foi factível antes. E é por isso que o capital pôde tolerar algum tipo de democracia. Meu objetivo nessa conferência não era afirmar que o capitalismo não pode tolerar a democracia formal –embora não devêssemos desprezar os ataques sobre as liberdades civis que estão tendo lugar precisamente agora nos

Estados Unidos. Aquilo que pretendia e pretendo sublinhar aqui é que nas condições do capitalismo global atual e do novo imperialismo, a democracia pode ameaçar converter-se em algo mais que um regime meramente formal. Para me explicar, retomarei brevemente um argumento sobre a relação entre o capitalismo e a democracia que aparece em meu livro *Democracia contra o capitalismo*.

Interessa-me deixar claro desde o começo que para mim, o capitalismo é –em sua análise final– incompatível com a democracia, se por “democracia” entendemos tal como o indica sua significação literal, o poder popular ou o governo do povo. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular no qual o desejo das pessoas seja privilegiado aos dos imperativos do ganho e da acumulação e, no qual, os requisitos da maximização do benefício não ditem as condições mais básicas de vida. O capitalismo é estruturalmente antitético em relação à democracia, em princípio, pela razão histórica mais óbvia: não existiu nunca uma sociedade capitalista na qual não tenha sido atribuído à riqueza um acesso privilegiado ao poder. Capitalismo e democracia são incompatíveis também, e principalmente, porque a existência do capitalismo depende da sujeição aos ditames da acumulação capitalista e às “leis” do mercado das condições de vida mais básicas e dos requisitos de reprodução social mais elementares, e esta é uma condição irreduzível. Isso significa que o capitalismo necessariamente situa cada vez mais esferas da vida cotidiana fora do parâmetro no qual a democracia deve prestar conta de seus atos e assumir responsabilidades. Toda prática humana que possa ser convertida em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Isso quer dizer que a democratização deve ir da mão da “desmercantilização”. Mas desmercantilização por definição significa o final do capitalismo.

Essa é minha posição e quero deixá-la aqui assentada com clareza. Entretanto, em nossos dias estamos acostumados a usar a palavra “democracia” em um sentido diferente ao até aqui expresso, e o capitalismo é o que tem feito esta redefinição possível na teoria e na prática. De modo que me permitam umas palavras sobre este processo de redefinição.

Em primeiro lugar, simplesmente direi uma ou duas palavras sobre o tratamento mais usual do termo democracia. Estamos todos familiarizados com os usos mais defeituosos –aquele que, por exemplo, admite que o governo dos Estados Unidos considera o Chile de Augusto Pinochet como um regime mais democrático que o Chile

presidido por Salvador Allende, presidente popularmente eleito. Quero adicionar um comentário a respeito das definições mais benignas sobre a democracia. Aquelas noções convencionais que tendem a identificar democracia com constitucionalismo, proteção das liberdades civis, e um governo limitado –a classe de noções que freqüentemente escutam descritas como direitos democráticos. Ora, essas são todas concepções boas diante das quais nós, os socialistas, deveríamos estar muito mais atentos do que freqüentemente estivemos no passado. Mas as pessoas, o *demos*, como poder popular esteve visivelmente ausente desta definição de democracia. Na verdade, não existe inconsistência fundamental alguma entre o governo constitucional, as normas do Estado de direito e as regras das classes proprietárias.

O ponto central desta definição de democracia é limitar o poder arbitrário do Estado a fim de proteger o indivíduo e a “sociedade civil” das intervenções indevidas de este. Mas nada se diz sobre a distribuição do poder social, quer dizer, a distribuição de poder entre as classes. Em realidade, a ênfase desta concepção de democracia não se encontra no poder do povo, mas sim em seus direitos passivos, não assinala o poder próprio do povo como soberano, mas sim no melhor dos casos aponta para a proteção de direitos individuais contra a ingerência do poder de outros. De tal modo, esta concepção de democracia focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado.

Por exemplo, considerem os discursos dos governos das sociedades capitalistas avançadas –Grã-Bretanha, Estados Unidos–, sobre as reformas democráticas quando estas tendem a restringir os direitos dos sindicatos. Os representantes destes governos dizem estar defendendo os direitos democráticos dos indivíduos contra a opressão coletiva (exercida pelo sindicato). Neste sentido lembro vivamente, como durante a greve de mineiros britânicos a meados dos anos oitenta, o Partido Trabalhista atacou os mineiros como se eles fossem inimigos da democracia essencialmente porque suas ações eram “excessivamente” políticas. A política é algo que fazem os representantes eleitos no Parlamento. Os indivíduos privados se comprometem politicamente só no momento em que votam. Os trabalhadores e os sindicatos deveriam apegar-se a suas próprias esferas de competência e a suas lutas “industriais” em seus lugares de trabalho. Neste marco, ainda o direito de votar não é concebido realmente como um exercício

ativo do poder popular, mas sim como a execução de mais um direito passivo.

De uma maneira ou de outra, então, as concepções dominantes de democracia tendem a: substituir a ação política com cidadania passiva; enfatizar os direitos passivos em lugar dos poderes ativos; evitar qualquer confrontação com concentrações de poder social, particularmente se for com as classes dominantes, e finalmente, despolitizar a política. Para contar como isto aconteceu tratarei de sintetizar o relato de uma longa história.

Comecemos, por retomar a idéia original grega de “democracia”. Tomemos, por exemplo, a definição do Aristóteles: democracia é uma constituição na qual “os nascidos livres e pobres controlam o governo –sendo ao mesmo tempo uma maioria”. O filósofo grego distinguiu a democracia da oligarquia, definindo a segunda como o regime de governo no qual “os ricos e bem nascidos controlam o governo –sendo, ao mesmo tempo, uma minoria”. O critério social –pobreza em um caso, riqueza e nobreza no outro– desempenham um papel central em ambas as definições e preponderante ainda em relação ao critério numérico.

Um antigo historiador que conheço sugeriu inclusive que, ao menos para seus oponentes (que podem ter sido aqueles que inventaram o termo), a democracia significou algo análogo à “ditadura do proletariado”, em um sentido pejorativo do termo. É obvio, ele não quis dizer que existia um proletariado no sentido moderno na Grécia antiga. Especificamente, o que apontava era sublinhar que para os oponentes da democracia esta forma do poder do povo era uma forma de dominação, o poder da gente comum sobre os aristocratas. Isto implicava a submissão da elite à massa.

É obvio, nesta trama, que devemos dizer que é complexo aplicar a palavra democracia a uma sociedade com escravidão em grande escala e na qual as mulheres não tinham direitos políticos. Mas é importante compreender que a maioria dos cidadãos atenienses trabalhava para viver; e trabalhavam em ocupações que os críticos da democracia consideravam como vulgares e servis. A idéia de que a democracia consistiu no império de uma classe ociosa dominando uma população de escravos é simplesmente errônea. Esse foi o ponto central da oposição antidemocrática. Os inimigos da democracia odiavam este regime sobre tudo porque outorgava poder político ao povo formado por trabalhadores e pobres.

Na verdade, poderíamos dizer que o tópico que dividia os setores democráticos

dos antidemocráticos era se a multidão ou o povo trabalhador deviam ter direitos políticos, se tais pessoas seriam capazes de elaborar julgamentos políticos. Este é um tema recorrente não só na Grécia antiga, mas também nos debates sobre a democracia ao longo da maior parte da história ocidental. A pergunta constante dos críticos da democracia era basicamente a seguinte: se as pessoas que devem trabalhar para viver possuem o tempo para refletir sobre política; mas, além disso, se aqueles que nasceram com a necessidade de trabalhar para sobreviver podem ser o suficientemente livres de mente ou independentes de espírito para realizar julgamentos políticos. Para os atenienses democráticos, por outro lado, um dos princípios primordiais da democracia se sustentava na capacidade e no direito de tais pessoas de realizarem julgamentos políticos e de falarem sobre eles em assembleias públicas. Eles inclusive tinham uma palavra para isto, *isegoria*, que significa “igualdade” e “liberdade de expressão (e não só esta última no sentido em que nós a entendemos na atualidade).

Esta idéia distintiva que transcendeu da democracia grega, entretanto, não encontra paralelo em nosso próprio vocabulário político. Note-se, por exemplo, a diferença entre a antiga idéia de cidadania ativa e a atual variante mais passiva que venho desenvolvendo. Inclusive, a noção de liberdade de expressão como nós a conhecemos tem a ver com a ausência de interferências em nosso direito de difundir nossas opiniões. A noção de igualdade de expressão, tal como a entendiam os atenienses, relacionava-se com o ideal de participação política ativa de pobres e trabalhadores. De modo que a idéia grega de igualdade de expressão sintetiza as principais características da democracia ateniense: a ênfase em uma cidadania ativa; e seu enfoque sobre a distribuição do poder de classe.

Agora bem, as objeções feitas pelos antigos antidemocráticos foram reiteradas uma e outra vez nos últimos séculos. Neste sentido, a democracia continuou sendo simplesmente uma má palavra entre as classes dominantes. A pergunta é então: como a democracia deixou de ser uma má palavra, ainda entre as classes dominantes? E seguidamente: como se tornou possível tanto como necessário, ainda para essas classes dirigentes reivindicar-se como democráticas?

Obviamente uma das principais respostas se relaciona com as lutas populares que eventualmente fizeram impossível continuar negando direitos políticos primitivos às massas, e particularmente à classe trabalhadora. Uma vez que isto aconteceu, as

classes dominantes tiveram que adaptar-se às novas condições, tanto política como ideologicamente. Com o início das campanhas eleitorais de massas no final do século XIX, os antidemocráticos dificilmente podiam ser abertamente honestos em relação a seus sentimentos antipopulares. Que candidato podia dizer a seus votantes que os considerava muito estúpidos e ignorantes para escolher por eles mesmos o que era o melhor em política e que suas demandas eram tão absurdas como perigosas para o futuro do país? Perguntava-se Eric Hobsbawm. Assim, repentinamente, todos eram democráticos.

Entretanto, há mais nesta história. Muito ocorreu antes do século XIX que habilitou a possibilidade desta nova estratégia ideológica. Existiram mudanças materiais e estruturais que modificaram o significado e conseqüências da democracia. Precisamente estas mudanças asseguraram que, quando a democratização moderna teve lugar –especialmente sob a forma do sufrágio universal– não representasse tanta diferença como a que poderia ter provocado previamente, ou como quem lutou por ela tivessem esperado. Como tratarei de explicar, o capitalismo possibilitou que os direitos políticos se convertessem em universais sem afetar fundamentalmente à classe dominante.

Consideremos as implicâncias da democracia no mundo antigo. Em cada sociedade prévia ao desenvolvimento do capitalismo, onde quer que a exploração tenha existido foi alcançada pelo que Marx chamou “meios extra-econômicos”. Em outras palavras, a capacidade de extrair mais-valia dos produtores diretos dependeu de uma forma ou de outra da coerção direta exercida pela superioridade militar, política e jurídica da classe exploradora. Em muitas destas sociedades, os camponeses foram os principais produtores diretos, e continuaram com a posse dos meios de produção, como a terra. As classes dirigentes os exploravam essencialmente mediante a monopolização do poder político e militar, às vezes mediando alguma classe de estado centralizado que cobrava impostos aos camponeses; ou inclusive mediante alguma outra classe de poder militar e jurisdicional que lhes permitia extrair mais-valia destes por sua condição dependente de serventes ou peões que lhes impunha aceitar um confisco na forma de renda para seus senhores. Em outras palavras, o poder econômico e político se fundiam, e houve sempre uma divisão, mais ou menos clara, entre dirigentes e produtores, entre quem detinha o poder político e os que compunham a sociedade trabalhadora.

Mas na antiga democracia ateniense, os camponeses e outros produtores diretores *participavam* do poder político, e isto debilitava drasticamente o poder de exploração dos ricos ou classes apropriadoras. Nesta democracia, as classes produtoras não só tinham direitos políticos sem precedentes, mas também, e pela mesma razão, um grau de liberdade –igualmente sem antecedentes– em relação à exploração por meio de impostos e renda. Então, a importância da democracia era econômica ao mesmo tempo em que política.

Tudo isto mudou com o desenvolvimento do capitalismo. A capacidade de exploração dos capitalistas não depende diretamente de seu poder político ou militar. Certamente, os capitalistas necessitam do sustento do Estado, mas seus poderes de extração de mais-valia são puramente econômicos. Sustenta-se em um fato básico: os trabalhadores despossuídos da propriedade de seus meios de produção estão forçados a vender sua força de trabalho por um salário para conseguir acessar a ditos meios e procurar sua subsistência. O poder político e o econômico não estão unidos da mesma forma em que estavam anteriormente.

Após e até agora existe uma esfera econômica distintiva, com seu próprio sistema de compulsão e coerção, suas próprias formas de dominação, suas próprias hierarquias. O capital, por exemplo, controla o lugar de trabalho, e tem um manejo sem precedentes do processo de trabalho. E, é óbvio, existem as forças do mercado, mediante as quais o capital localiza o trabalho e os recursos. Nenhum destes elementos está sujeito ao controle democrático ou rendição de contas. A esfera política concebida como o espaço onde as pessoas se comportam em seu caráter de cidadão –antes que como trabalhadores ou capitalistas– está separada do âmbito econômico. As pessoas podem exercer seus direitos como cidadãos sem afetar muito o poder do capital no âmbito econômico. Ainda em sociedades capitalistas com uma forte tradição intervencionista do Estado, os poderes de exploração do capital costumam ficar intactos pela ampliação dos direitos políticos.

Destarte, é óbvio que a democracia nas sociedades capitalistas significa algo muito diferente do que foi originalmente –não simplesmente porque o significado da palavra mudou mas sim porque também o fez o mapa social em sua totalidade. As relações sociais, a natureza do poder político e sua relação com o poder econômico, e a forma da propriedade mudaram. Agora é possível ter um novo tipo de democracia que

está confinada a uma esfera puramente política e judicial –aquilo que alguns denominam democracia formal– sem destruir os alicerces do poder de classe. O poder social passou às mãos do capital, não só em razão de sua influência direta na política, mas também por sua incidência na fábrica, na distribuição do trabalho e dos recursos, assim como também via os ditames do mercado. Isto significa que a maioria das atividades da vida humana fica fora da esfera do poder democrático e da prestação de contas.

Todas estas transformações, é óbvio, não aconteceram da noite para o dia, e o processo não teve uma evolução natural e inevitável. Foi desafiado a cada passo do caminho. Nos dias iniciais do capitalismo, não era tão claro que os efeitos do poder político estariam ao final tão limitados. Naqueles anos iniciais, no século XVII e ainda no século XVIII, muitos dos temas básicos, especialmente vinculados com os direitos de propriedade, ainda estavam irresolutos ou eram ferventemente desafiados. A massa da população não era ainda um proletariado despossuído sujeito ao mero poder econômico do capital. Os grandes proprietários ainda dependiam muito do controle do Estado para sustentar o processo de acumulação da terra, a expropriação dos pequenos produtores, a extinção dos direitos consuetudinários das gentes e a mesma redefinição do direito de propriedade. Naqueles dias, a soberania popular poderia ter marcado uma diferença muito mais ampla que a que pode obter na atualidade. Naquele tempo, ainda parecia –e na verdade era– essencial para a classe dirigente manter a antiga diferenciação entre governantes e produtores, entre exploradores, politicamente privilegiados, e classes exploradas, sem direitos políticos.

De todas as formas, em meados do século XIX, quando o desenvolvimento do capitalismo foi muito mais avançado na Grã-Bretanha, a luta pelo voto foi uma parte importante das lutas da classe trabalhadora –especialmente para os Cartistas na Inglaterra. Mas o mais interessante foi que depois da tentativa frustrada do Cartismo, a luta pelos direitos políticos ou democráticos deixou de ser central para as lutas da classe trabalhadora. Não quer dizer que o povo abandonou toda luta política, mas os movimentos da classe trabalhadora cada vez em maior medida desviaram sua atenção às lutas de caráter industrial. Certamente em parte por motivo da repressão exercida pelo Estado. Entretanto, no meu entender, existe uma razão estrutural mais profunda. Para a segunda metade do século XIX, o mapa social tinha mudado já o suficiente para

transformar as regras da política. Nesse contexto, a questão da propriedade tinha se resolvido a favor do capital e existia na Inglaterra uma massa proletária de trabalhadores, sem propriedade. Além disso, o capitalismo industrial tinha avançado o suficiente para que o capital ganhasse controle no local de trabalho e no processo trabalhista. Em outras palavras, a conformação de uma esfera econômica mais ou menos separada com seu próprio sistema de poder se realizou. De modo que o tema primordial para a classe trabalhadora parecia estar concentrado na produção. Quando finalmente apareceu o sufrágio, poderíamos dizer foi um momento de anticlímax. Por sua vez, costuma-se dizer que as revoluções modernas não aconteceram neste tipo de capitalismo industrial avançado, onde o centro da oposição se trasladou ao local do trabalho e o Estado tem a aparência de “neutralidade”, mas sim em lugares onde o Estado é ainda muito claramente um instrumento de exploração.

Até aqui descrevi principalmente o caso britânico, como primeiro sistema de capitalismo industrial com um proletariado massivo. Mas o caso dos Estados Unidos é especialmente singular e importante para entender o que aconteceu com o conceito moderno de democracia. Nos Estados Unidos, por razões históricas muito específicas, os direitos políticos foram distribuídos mais amplamente e muito antes no processo de desenvolvimento capitalista inclusive com antecedência ao surgimento de um proletariado massivo. Quando a Constituição dos Estados Unidos foi redigida, as classes proprietárias eram conscientes dos perigos da extensão dos direitos políticos, mas as velhas estratégias usadas por outras classes dirigentes já não podiam ser utilizadas. A existência de um corpo cidadão ativo surgido do período colonial e da Revolução tornava impossível a opção de lhes negar seus direitos políticos na nova Constituição, não podia manter-se nada parecido à antiga separação entre dirigentes e produtores, entre uma elite politicamente privilegiada e uma massa sem opção ao voto.

As classes proprietárias adotaram uma estratégia diferente, uma estratégia ideológica e constitucional que tornasse muito mais factível limitar o dano que ocasionaria a extensão dos direitos políticos. Precisamente esta estratégia teve profundos e duradouros efeitos em nossa moderna definição de democracia.

Os pais fundadores (*founding fathers*) dos Estados Unidos redefiniram a democracia. Efetivamente redefiniram seus dois componentes essenciais –o *demos* ou o povo e o *kratos* ou o poder. O *demos* perdeu seu significado de classe e se converteu em

uma categoria política antes que uma social. E o *kratos* foi tornado compatível com a *alienação* do poder popular; quer dizer, o oposto ao que significava para os antigos atenienses. Ainda que deixemos de lado a exclusão de escravos e mulheres, a redefinição americana de democracia implicou *diluir* o poder popular, incluindo o poder dos cidadãos varões que constituíam o povo ou a nação política.

Permitam-me, nesta instância, deixar algo bem claro. Na verdade, a democracia desagradava aos pais fundadores da Constituição norte-americana e estes não queriam construir uma. Em rigor, diferenciavam claramente sua “república” da democracia como esta era entendida convencionalmente. Entretanto, a ingerência de elementos mais democráticos pressionou o debate e eles foram forçados a uma mutação retórica, assim em certas ocasiões eles denominavam a sua república como uma “democracia representativa”. Nesta nova concepção de democracia, o *demos* ou “povo” era crescentemente despojado de seu significado social. As novas condições históricas tornaram possível dotar o “povo” de um significado puramente político. O povo já não era a gente comum, os pobres, mas sim um corpo de cidadãos que gozam de certos direitos civis comuns. Sua particular concepção de representação procurou expandir a distância entre as pessoas e o poder, atuar como filtro entre as pessoas e o Estado e inclusive identificar a democracia com o governo ou mandato dos ricos –como por exemplo, fez Alexander Hamilton quando argumentou contra a representação “atual” e insistiu em que os comerciantes eram os representantes naturais dos artesãos e trabalhadores.

De modo que, os pais fundadores norte-americanos criaram um cidadania passiva, uma coleção de cidadãos –“o povo”– concebido como uma massa de indivíduos atomizados –não como uma categoria social como o *demos* ateniense mas sim como um grupo de indivíduos isolados com uma identidade política divorciada de suas condições sociais, especialmente no que se refere a seu pertencimento de classe. As eleições transformaram-se no “todo” –as eleições aonde cada indivíduo atua só, não unicamente em termos de privacidade mas também em isolamento com relação a todos os outros. Em tal circunstância, o voto individual substitui qualquer tipo de poder coletivo. Isso é também, sem dúvida, o que os governos trataram de obter com suas propostas de reformas sindicais. Se os sindicatos devem existir, é melhor que estejam formados por membros isolados, sem contato entre si, em vez de membros que exercem

seu poder como coletivo.

De maneira que nos Estados Unidos se inventou uma nova concepção de democracia formada por muitos indivíduos particulares e isolados que renunciavam a seu poder para delegá-lo em alguém mais e desfrutar de forma passiva de certos direitos cívicos e liberdades básicas. Em outras palavras, eles inventaram um conceito de cidadania passiva, dissocializada e, inclusive, despolitizada. Mas pelo menos a democracia era definida ainda como o governo do povo (governo “do, por e para o povo”), ainda quando o povo se converteu em uma categoria social neutra e seu governo era extremamente débil e indireto. No século seguinte, haveria outros desenvolvimentos no conceito de democracia.

O que observamos no século XIX é a crescente identificação da democracia com o liberalismo, a crescente tendência para mudar o foco de discussão sobre a democracia da idéia de poder popular para os tipos de limites constitucionais e direitos passivos já mencionados. Estes direitos e limites são, como disse, coisas boas em si mesmas, mas não são por si mesmas necessariamente democráticos. Ao que me refiro aqui é à estratégia ideológica de redução e identificação da democracia com tais limites e direitos liberais. Precisamente com esta estratégia aparece toda uma nova história da democracia que em lugar de traçar o progresso do poder popular orienta e convoca nossa atenção para algo distinto.

No século XIX, a democracia foi tratada como uma ampliação dos princípios constitucionais antes que como uma expansão do poder popular. Tratava-se de uma disputa entre dois princípios políticos e não do resultado de uma luta de classes ou entre forças sociais –senhores versus camponeses, capital versus trabalho.

Por exemplo, o grande pensador liberal, J. S. Mill descreveu o progresso político em termos do conflito entre autoridade e liberdade ou bem aquilo que em ocasiões ele denominou o império da violência versus o império da lei ou a justiça. Não se tratava da disputa entre ricos e pobres ou entre exploradores e classes exploradas. Nestas histórias, a ênfase não está posta na ascensão da gente comum, o *demos*, a altos níveis de poder social. Pelo contrário, o acento está posto na limitação do poder político e a proteção contra a tirania e sobre a crescente liberação do cidadão individual em relação ao Estado, das regulações comunais e das identidades e laços tradicionais. Os heróis nestas histórias não são quem tem lutado pelo poder das pessoas (os *levellers*, os *chartists*, os

sindicatos, os socialistas, etc.). Em seu lugar, nossos heróis pertencem às classes proprietárias que conceberam para nós nossa Carta Magna –a tão lembrada Revolução Gloriosa de 1688 na Inglaterra– e a Constituição dos Estados Unidos.

É certo que, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, as sociedades capitalistas avançadas –algumas mais que outras– adicionaram uma nova dimensão à idéia de democracia, sob a forma de assistência social. Algumas pessoas ainda falam sobre o desenvolvimento dos direitos sociais e de uma “cidadania social”. Agora bem, embora este fato tenha sido de grande importância para corrigir o dano causado pelo capitalismo, no final de nossa exposição, interessa-nos assinalar que inclusive esta cidadania social é concebida em termos de direitos passivos.

Novamente, todas estas mudanças no conceito de democracia foram possíveis devido às características do capitalismo, pela relação particular entre capital e trabalho e também pela específica relação capitalista entre as esferas econômica e política. Então onde estamos situados na atualidade? Pois bem, os movimentos anticapitalistas atuais instalaram a democracia no centro de seus debates de uma forma que não foi sempre verdadeiramente de esquerda. E esta identificação do anticapitalismo com a democracia parece sugerir que estes movimentos vêm uma contradição fundamental entre capitalismo e democracia, mas isto não significa o mesmo para todos. De um lado, por exemplo, estão aqueles para quem a democracia é compatível com um capitalismo reformado, no qual as grandes corporações são socialmente mais conscientes e prestam contas à vontade popular, e onde certos serviços sociais são cobertos por instituições públicas e não pelo mercado, ou pelo menos são regulados por alguma agência pública que deve prestar contas. Essa concepção pode ser menos anticapitalista que antineoliberal ou antiglobalização. Do outro lado, há aqueles que acreditam que, ainda quando é sempre crucial lutar por qualquer reforma democrática possível na sociedade capitalista, o capitalismo é em essência incompatível com a democracia –pessoalmente situo-me nesta última perspectiva.

Existe outro problema adicional. Muitos da esquerda anticapitalista acreditam que o velho terreno das lutas políticas já não está em jogo por causa da globalização. O Estado-nação, que estava acostumado a ser a arena principal das políticas democráticas, está abrindo caminho à globalização, de modo que teríamos que encontrar alguma outra possibilidade de nos opor ao capital –se é que cabe pensar nesta possibilidade.

A variação mais recente neste tema é a proposta feita por Hardt e Negri em seu livro *Império*. Eles nos dizem que o poder do capital imperial está em todas partes e em nenhuma. O Império, dizem, é um “não-lugar”. E devido ao fato de não haver pontos tangíveis de concentração do poder capitalista, não pode existir realmente um contrapoder. Neste sentido, é que temos que pensar as políticas de oposição em termos diferentes, embora os autores nunca deixem de todo claro o que isto possa significar.

Hardt e Negri são muito mais específicos sobre o tipo de lutas que não acreditam possíveis e entre elas incluem os conflitos locais e nacionais, as lutas dos movimentos de trabalhadores e algumas outras. Muita gente no movimento anticapitalista vê em *Império* um manifesto otimista para suas políticas, mas no meu entender trata-se justamente do contrário. Na minha opinião, parece expressar um profundo pessimismo sobre a possibilidade de uma luta democrática e anticapitalista. Acredito que estão equivocados. É simplesmente falso que não existam pontos tangíveis de concentração do poder capitalista. Não é verdade que o estado territorial que conhecemos encontre-se em declínio frente à economia global. Pelo contrário, acredito que o capital depende mais do que nunca de um sistema de Estados locais que administrem o capitalismo global.

O problema do Estado no capitalismo internacional é mais complicado dado que o capitalismo global não possui um Estado internacional que o sustente e, até o momento tampouco acredito que construa tal Estado. A forma política da globalização não é um Estado internacional, mas sim um sistema de vários Estados nacionais; de fato, considero que a essência da globalização é uma crescente contradição entre o alcance global do poder econômico capitalista e o muito mais limitado alcance dos Estados territoriais que o capitalismo necessita para sustentar as condições de acumulação. Precisamente esta contradição também é possível e necessária –por aquela divisão própria do capitalismo entre economia e política.

Em resumo, meu argumento sustenta que o que estamos presenciando no novo imperialismo norte-americano é um esforço contínuo para lidar com a contradição entre a esfera de ação do poder econômico e a contínua dependência do capital de um sistema global de Estados territoriais. Isto é, sem dúvida um perigo para o mundo em seu conjunto, mas, por sua vez, está nos dizendo algo mais. Aqui estive explicando o que torna o capitalismo compatível com certo tipo de democracia e o que torna possível que

as classes dominantes aceitem esta circunstância devido à separação das esferas em política e econômica. Essa situação tem tornado possível a tolerância dos partidos da classe trabalhadora na política, inclusive sem ter estado nunca de acordo com esta idéia. Mas, além disso, sustentei que esta velha separação foi desbaratada porque o capital internacional necessita do Estado mais que nunca para organizar os circuitos econômicos que o capital não pode dirigir por si próprio. Porque o capital depende, talvez hoje mais que nunca, de um sistema global de Estados; as lutas verdadeiramente democráticas –entendidas como lutas para trocar o equilíbrio de poder de classe tanto dentro como fora do Estado– podem chegar a ter um efeito muito maior que em épocas anteriores.

Bibliografia

- Aristotle 2003 *Politics* (Indianapolis: Hackett Publishing Company).
- Hamilton, Alexander; Madison, James e Jay, John *The Federalist* (Indianapolis: Hackett Publishing Company)
- Hardt, Michael e Negri, Antonio 2000 *Empire* (Cambridge: Harvard University Press).
- Hobsbawn, Eric 1987 *A era dos impérios: 1875-1914* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Wood, Ellen Meiksins 2004 *Democracia contra capitalismo* (São Paulo: Boitempo).